ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DO NÚCLEO RURAL LAGO OESTE
Núcleo Rural Lago Oeste – Rua 08 – Chácara 187 – 73100.000
Sobradinho –DF – Fone 3478 1335 – 3478 1336

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
28 DE JUNHO DE 2009

Compuseram a Mesa: Wilson Antônio Auerswald, presidente, Djalma Nunes da Silva, vice-presidente e Leonardo Brito, 1º secretário.
Pauta: a) Ações desenvolvidas no 1° semestre; b) Taxa de Ocupação; c) Regularização; d) EIA-RIMA; e) Comissão de Acompanhamento do EIA-RIMA.

Desenvolvimento:

O **presidente Wilson** abriu a Assembléia às 10h30 dizendo que nesta primeira reunião da gestão 2009/10 reafirmava o compromisso assumido nas eleições no sentido de fazer um trabalho com a comunidade, enfatizando que, como morador do Lago Oeste desde 1987, sempre observou a pouca participação da comunidade, o que é ruim pois uma comunidade participativa e atuante sempre consegue maior atenção dos governantes. Lembrou que vinha participando de dezenas de reuniões com autoridades distritais e federais, sentindo, em muitas ocasiões, que as reivindicações feitas eram interpretadas mais como da Asproeste do que do Lago Oeste. Informou que o modelo de gestão da Associação é colegiado, onde não é o presidente que toma uma decisão, mas a diretoria executiva e exortou os presentes a terem uma participação maior, vez que se não houver união, a comunidade toda se beneficia, mas se a comunidade se distancia, as coisas não acontecem ou demoram demais para serem efetivadas. Informou, por fim, que iria fazer um balanço resumido da atual gestão neste primeiro semestre de 2009, passando a palavra, depois, para o vice-presidente, para o principal assunto da Assembléia, a regularização; antes, porém, daria a palavra à associada Joana, para um aviso, e ao sargento Marcos, comandante do Posto Comunitário de Segurança.

A **associada Joana** informou que fora indicada pela Comissão de Eventos da Asproeste para coordenar a Festa Julina, que acontecerá no próximo dia 04 de julho, a partir das 17 horas, e que estava ali para convocar todos a participarem desta Festa, que será uma oportunidade de confraternização da comunidade, informando que a entrada é gratuita e que haverá barraquinhas, música ao vivo e muita alegria.

O **presidente Wilson** reforçou o convite no sentido da participação de todos os associados, dizendo que sempre foi muito festeiro e pretende fazer uma gestão social e sociável, com a comunidade cada vez mais presente, tanto que é intenção da Comissão de Eventos promover, no 2° semestre, um sarau mensal para reunir os associados.

O **sargento Marcos** informou que assumira o comando do PCS do Lago Oeste com o objetivo de fazer um trabalho de aproximação da polícia com a comunidade, um trabalho que vem se mostrando bem difícil, em razão da significativa proporção de usuários não residentes nas chácaras e do receio que caseiros ou prestadores de serviços demonstram ter da polícia ou, ainda, da falta de estrutura inicial do Posto. Informou que o PCS do Lago Oeste já foi dotada de uma viatura e que os policiais sob seu comando são pessoas amigas, abertas ao diálogo e aptas a ajudar a comunidade em qualquer problema de segurança, integradas a um novo conceito de polícia: não mais aquela polícia repressora, mas uma polícia que se integra à comunidade para ajudá-la a prevenir o crime. Disse, também, que estava atento ao gradativo aumento dos furtos no Lago Oeste, depois de uma acentuada queda, provocada exatamente pela inauguração do PCS, mas para combater esta nova escalada, era fundamental a participação da comunidade, não só ficando atenta à

movimentações estranhas nas ruas, mas também avisando o PCS de tais movimentações e fazendo o boletim de ocorrência, mesmo em casos muito simples, como o corte de cercas nas chácaras, e finalizou informando, mais uma vez, telefone e e-mail do PCS à disposição da comunidade.

O **presidente Wilson** retomou a palavra para fazer um pequeno balanço da gestão 2009/10 nos seis primeiros meses do ano: 1. redução dos custos de serviços prestados por terceiros da ordem de 15% (quinze por cento), através da renegociação dos contratos de serviços do advogado, dos escritórios de contabilidade e de cobrança de mensalidades e outros; 2. redução geral das despesas administrativas da ordem de 20% (vinte por cento), através de controle interno no uso de telefones, material de expediente e de limpeza e mão de obra terceirizada; 3. reformulação dos convênios de interesse da Asproeste, como o Telecentro, para o qual foi contratado um gestor com a obrigação de prestar serviços de informática e operacionalizar o Cine Clube Lago Oeste, promover cursos para a comunidade e dar suporte à Escola Integral, recebendo, para tanto, equipamentos e mobiliários doados através de convênio com a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal; como o Viveiro, para o qual foi disponibilizado um empregado da Asproeste e assinado um convênio com a ONG Amigos das Florestas para promover cursos de educação ambiental e dar suporte à Escola Integral; como a Escola Integral, para a qual a Asproeste disponibiliza suas dependências, para realização das atividades no contra-turno do CEF Prof. Carlos Mota; 4. cumprimento do compromisso firmado à época das eleições, de transparência da gestão financeira, através da divulgação do resumo receita x despesa no Informativo Asproeste e do balancete do primeiro trimestre na página da Asproeste na Internet e na colocação dos mesmos, mês a mês, à disposição dos associados na secretaria; 5. execução de obras na sede da Asproeste, como a reforma das fossas sanitárias e a construção de sumidouros, a recuperação da rede elétrica/telefônica para readequação da estrutura de informática, a revegetação do terreno, com corte dos fícus e preparação da área para plantio de árvores nativas; 6. participação de presidente e diretores da Asproeste em dezenas de reuniões de trabalho com órgãos federais e distritais para tratar de assuntos de interesse do Lago Oeste, como regularização, taxa de ocupação, parcelamento de chácaras, liberação de construções, conserto das ruas internas, Empório Rural, critérios para declaração de área produtiva, recapeamento/operações tapa-buraco/roçagem da DF-001, prevenção de incêndios, segurança/ adequação do PCS, situação social de crianças, lembrando-se que, atualmente, a Asproeste representa o Lago Oeste nos Conselhos Comunitários de Segurança de Sobradinho I e II, e de Transportes e de Desenvolvimento Rural de Sobradinho.

Informou, então, o **presidente Wilson** que a participação da Asproeste nestes Conselhos tem trazido bons resultados para o Lago Oeste, porque eles tem exercido papel significativo junto ao governo do Distrito Federal, principalmente quanto à cobrança das reivindicações feitas pelas comunidades participantes, agilizando o seu cumprimento. Informou, também, que uma das cobranças mais persistentes que a Asproeste vem fazendo, no Conselho e junto às autoridades responsáveis, refere-se ao recapeamento da DF-001, não tendo, até agora, obtido qualquer retorno da direção do DER; entretanto, fora informado por jornalista do Correio Braziliense, que fazia matéria sobre o assunto, que o recapeamento será feito ainda em 2009.

Foi interrompido por uma **participante**, que não se identificou, dizendo que era preciso tomar muito cuidado com este recapeamento, quando ele fosse executado, considerando-se que o asfaltamento realizado no trecho da DF-001 que passa pelo Lago Oeste foi ecologicamente adequado, tanto que ele está durando tantos anos.

Retomando a palavra, o **presidente Wilson** explicou que o Artigo 26 da Lei 11.481 estabeleceu uma redução de 5 (cinco) para 2% (dois por cento) no valor da taxa de ocupação de áreas da União, desde que tais áreas fossem consideradas produtivas, artigo este que não começou a valer quando da aprovação da lei, por falta de regulamentação, o que fora pedido insistentemente pela Asproeste. Tanta insistência fez com que a Secretaria de Patrimônio da União/SPU regulamentasse o artigo e a Gerência Regional de Patrimônio da União/GRPU, em sucessivas reuniões com a Asproeste e Emater/DF, definiu-se e aprovou alguns critérios para considerar uma área produtiva, de modo que o artigo pudesse ser aplicado ainda em 2009. Ressaltou **ele**, então, a importância deste trabalho e da imediata aplicação da lei, exemplificando com a sua própria

situação: usuário de chácara com 02 (dois) hectares, ele pagou, em 2008, pouco mais de R$1.500,00 (um mil e quinhentos reais)/ano, pela ocupação da terra e, recebendo a Declaração de Área Produtiva emitida pela Emater/DF, está pagando, em 2009, pouco mais de R$600,00 (seiscentos reais)/ano, uma redução de 60% (sessenta por cento). Informou que numa primeira vistoria feita pela Emater, 93 (noventa e três) usuários tinham recebido o Documento de Área Produtiva e, nas duas seguintes, mais 29 (vinte e nove) também fizeram jus à redução da taxa, sendo que o processo continuava valendo, mesmo os usuários de chácaras já tendo recebido um ou dois boletos de cobrança da taxa, pois a GRPU se comprometeu a fazer o acerto nos boletos seguintes.

O **participante Antônio Paulo**, da Rua 06, questionou a situação dos usuários que são produtivos, mas entraram nas ações que contestam o valor da taxa de ocupação, sendo informado pelo **presidente Wilson** que estes deveriam continuar recolhendo o valor estabelecido pela Justiça, cerca de R$800,00 (oitocentos reais), até haver alguma decisão judicial, porquanto os advogados responsáveis pelas ações estavam entrando com uma petição aos juízes no sentido de reduzir o valor recolhido diretamente. O **participante Raimundo Pessoa**, da Rua 08, enfatizou a necessidade de se continuar recolhendo a taxa no valor estabelecido pela Justiça, mesmo que a decisão ainda demore, para que as ações não percam força, o **participante Frederic**, das Ruas 04 e 17, perguntou como ficaria a situação de usuários cujas chácaras não se mostrassem propícias à produção, e a **participante Elisabeth van den Berg**, da Rua 11, afirmou que era necessário analisar, com cuidado, os critérios de definição de área produtiva, pois produzir no cerrado não era coisa fácil, além de ser bem caro. Em meio às muitas intervenções dos participantes em torno deste assunto, o **participante Júnior** lembrou que a pauta era extensa e as dúvidas particulares deveriam ser tiradas em outra oportunidade, sendo informado pelo **presidente Wilson** que estaria à disposição de todos na Asproeste, onde permanece diariamente, no horário comercial.

Em seguida, informou **ele** que a primeira reunião em 2009 do Comitê Gestor para Regularização do Núcleo Rural Lago Oeste acontecera no último dia 03 de junho, tomando-se algumas decisões importantes para acelerar o processo de regularização: 1. oficialização do aforamento, através da ata da reunião, como a forma escolhida pela GRPU para transferência de titularidade das chácaras ocupadas; 2. execução do processo de transferência de titularidade em etapas, de modo que as chácaras que estiverem em situação legal, de acordo com os requisitos ambientais e quites com as taxas de ocupação, serão regularizadas, podendo o processo ser iniciado tão logo seja providenciado e aprovado o EIA-RIMA do Núcleo Rural Lago Oeste; 3. as chácaras situadas na Fazenda Palmas-Rodeador (Ruas 12 a 24) terão que esperar o registro definitivo, que ainda depende da realização das poligonais, trabalho a ser executado pelo Incra no prazo de 120 (cento e vinte) dias; 4. a questão dos RIP's de chácaras da Rua 00 e a situação das chácaras da borda da Chapada estão em processo de finalização pela área jurídica da GRPU, que se comprometeu a realizar, ela própria, a Planta Genérica de Valores/PGV, que definirá o valor das chácaras do Lago Oeste no momento de transferência da titularidade da União para os atuais ocupantes. Em síntese, enfatizou o **presidente Wilson** que, se o Lago Oeste já dispusesse de um EIA-RIMA, o processo de transferência de titularidade das chácaras estaria sendo iniciado agora mesmo, no mês de julho de 2009.

O **associado Raimundo Pessoa**, da Rua 08, perguntou se a GRPU não dificultaria a regularização da chácara cujo usuário participasse das ações contra o valor das taxas de ocupação, tendo o **presidente Wilson** afirmado não acreditar nesta possibilidade, vez que o fato de o usuário estar recolhendo a taxa na Justiça indicava que estava cumprindo suas obrigações como qualquer outro, **outro participante**, que não se identificou, perguntou se o EIA-RIMA incluía chácaras situadas na Fazenda Buraco, sendo informado pelo vice-presidente que incluía, a **participante Dolores** citou a Medida Provisória que estava sendo analisada no Congresso, que dá direito à venda de terras da União diretamente aos atuais ocupantes, desde que tal ocupação já tenha completado 05 (cinco) anos e o **participante Murilo**, da Rua 19, levantou algumas dúvidas, em relação a lentidão do processo de regularização e a forma de pagamento do EIA-RIMA, tendo o **presidente Wilson**, então, solicitado ao **vice-presidente Djalma** que desse uma explicação geral sobre o assunto, esclarecendo as dúvidas levantadas, falando, também, sobre o EIA-RIMA.

O **vice-presidente Djalma** disse que, antes de entrar no assunto, era importante alertar os presentes para dois problemas de saúde, muito pertinentes no momento: hantavirose e leishmaniose. Informou ele que em 2008 houve um caso fatal de hantavirose no Lago Oeste e que o período de seca que estava se iniciando é muito propício ao retorno do problema, já tendo ocorrido dois casos no Distrito Federal, este ano. Em relação a leishmaniose, também propícia nesta época, há possibilidade de se colocar armadilhas em algumas chácaras pré-determinadas, com vistas a apanhar os mosquitos transmissores, sendo fundamental que todos os moradores tomem cuidado com o perigo destas doenças e alertem as autoridades caso percebam a ocorrência de seus transmissores na região. Uma **participante**, que não se identificou, alertou para o problema do lixo, dizendo que o maior cuidado dos moradores é exatamente com o lixo nas próprias chácaras e na dos vizinhos.

Retornando ao assunto principal, disse o **vice-presidente Djalma** que não há escapatória, ou seja, os atuais usuários de chácaras do Lago Oeste tem mesmo que realizar o Estudo de Impacto Ambiental, chegando a hora de toda a comunidade participar efetivamente. Afirmou que o EIA-RIMA é caro – entre 550 (quinhentos e cinqüenta) e 750 (setecentos e cinqüenta) mil reais, pois tem que ser feito abrangendo todo o Lago Oeste, tanto as áreas da União quanto as de particulares, baseando-se no Termo de Referência já feito pelo Ibama, e que foi referendado pelo Ibram, que é quem, agora, faz o licenciamento ambiental no Distrito Federal. Enfatizou que a obrigação de fazer o Estudo é efetivamente dos ocupantes da área, ajustado, inclusive, no convênio assinado entre a Asproeste, representando os ocupantes, e a SPU, representando a União, o qual precisa ser realizado por firmas especializadas e credenciadas junto aos órgãos ambientais, e que é um trabalho demorado, mas que pode ser realizado em menos tempo, por se tratar o Lago Oeste de uma área rural. Informou que a Asproeste, com o objetivo de acelerar o processo, havia convidado algumas empresas especializadas para apresentarem orçamentos para execução do Estudo, os quais já se encontravam na Asproeste. Esclareceu, enfim, que era intenção da diretoria da Asproeste, a exemplo do que aconteceu quando da entrada na Justiça de ação contra o valor da taxa de ocupação, criar uma Comissão de Acompanhamento, formada por diretores e associados que se apresentassem voluntariamente para tal, sendo necessário, dada a urgência do processo, que estes associados se apresentassem nesta Assembléia, de modo que a Comissão fosse nomeada e se reunisse sem demora para, em Assembléia Geral, já marcada para o próximo dia 12 de julho, apresentasse à apreciação dos presentes, pelo menos duas propostas apresentadas para realização do EIA-RIMA, um estudo das formas de pagamento para elaboração deste trabalho e uma forma, negociada com a GRPU, de vincular a regularização da chácara ao pagamento do EIA-RIMA.

Muitos **participantes** solicitaram esclarecimentos sobre várias questões, como custo do EIA-RIMA, forma de pagamento, quem teria que pagar, qual seria o comprometimento dos que não eram associados da Asproeste, tendo o **presidente Wilson** informado que o momento para fazer estes esclarecimentos e outros não era aquele, pois todas estas questões teriam que ser analisadas pela Comissão de Acompanhamento para serem apresentadas na Assembléia do próximo dia 12 de julho. Lembrou ele que estava no Lago Oeste há muito tempo e sabia das dificuldades em se unir a comunidade, especialmente quando o assunto envolvia dinheiro, mas que o objetivo primordial da diretoria era tratar este assunto com total transparência, a exemplo do acompanhamento realizado em relação às ações contra a GRPU. E enfatizou a importância dos presentes terem absoluta consciência da necessidade de participarem efetivamente do processo, repisando a necessidade de formação da Comissão de Acompanhamento naquele momento, que teria a incumbência urgente de: 1. analisar preliminarmente os trabalhos a serem feitos para elaboração de EIA-RIMA compatível com as exigências estabelecidas no Termo de Referência elaborado pelo Ibama e referendado pelo Ibram; 2. analisar o por-fólio e as propostas orçamentárias de cada uma das empresas convidadas pela Asproeste para elaboração do EIA-RIMA; 3. estudar as formas de pagamento por todos os ocupantes de terras do Núcleo Rural Lago Oeste; e 4. viabilizar a vinculação da regularização pela GRPU com o pagamento do EIA-RIMA, de modo que o trabalho seja pago por todos os ocupantes do Lago Oeste e não apenas pelos associados da Asproeste. Neste sentido, explicou ele, o

fundamental no momento é escolher a Comissão de Acompanhamento, que poderá responder todas as questões levantadas agora na próxima Assembléia Geral, dia 12 de julho, às 10 horas.

Novamente, muitos participantes levantaram questões a respeito do tema, tendo o **participante Arnaldo Mundim** pedido a palavra para apresentar uma proposta: considerando que esta diretoria da Asproeste foi eleita pelos associados e, portanto, detém a confiança deles para executar o trabalho proposto, considerando que está se propondo tirar desta Assembléia um grupo altamente qualificado para acompanhar este trabalho, não há razão para continuar qualquer discussão hoje e nem para se apresentar as propostas de duas firmas na próxima assembléia; o que se tem a fazer, agora, é se apresentar os participantes que queiram participar da Comissão, cabendo a eles escolher a empresa que fará o trabalho, apresentando-a na próxima assembléia, com o custo, forma de pagamento e tudo o mais. Muitas sugestões e questões foram dadas e levantadas então, pelos participantes, sendo a proposta, enfim, aprovada por unanimidade, o que levou este secretário a solicitar a identificação dos presentes que se apresentavam para participar da Comissão, e que foram os seguintes: Elisabeth van den Berg, da Rua 11; Fábio França Araújo, da Rua 00; Pedro Valadares Filho, da Rua 01, Mery-Lucy Souza, da Rua 17, Maurício Laxe, da Rua 19, Frederic Mertens, das Ruas 04 e 17, e Ana, da Rua 00, indicada por outra participante. E nada mais havendo a discutir, o **presidente Wilson** encerrou esta Assembléia Geral de 28 de junho de 2009, às 12h30, da qual foi extraída a presente ata, que vai assinada por ele, Wilson Antônio Auerswald, que a presidiu, pelo vice-presidente, Djalma Nunes da Silva, e por mim, Leonardo Mendonça Brito, que a secretariei.

Brasília, 28 de junho de 2009

Wilson Antonio Auerswald, presidente

Djalma Nunes da Silva, vice-presidente

Leonardo Mendonça Brito, secretário

ATENÇÃO!

POR SOLICITAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO, CONSIDERANDO O VOLUME DE TRABALHO A SER REALIZADO POR ELA, A ASSEMBLÉIA GERAL MARCADA PARA O DIA 12 DE JULHO FOI TRANSFERIDA PARA O DIA 26 DE JULHO DE 2009, ÀS 10 HORAS.